

Drama das invasões exige uma solução

21 JUL. 1985

JORNAL DO BRASIL

ILARA VIOTTI
Da Editoria de Cidade

A invasão de terrenos da periferia foi, durante muitos anos, o único critério utilizado pelo Governo para a demarcação de lotes destinados à população carente do DF. No início da construção da cidade o problema inexistia, pois os peões da construção civil armavam seus barracos no mesmo terreno da obra em que trabalhavam. O final da obra determinava a mudança, quase sempre para outro canteiro, para mais um período, nunca inferior a três meses.

O ritmo intenso da construção civil nos primeiros seis anos da cidade calu vertiginosamente na segunda metade da década de 60. Começa aí a história das invasões nas áreas periféricas ao Plano Piloto. O Núcleo Banderante nada mais é do que a legalização de uma grande invasão chamada cidade livre. A Vila Sarah Kubitschek transformou-se em Taguatinga. A favela do Itamaracá é hoje o Gama. Brasília é também fruto de uma invasão, chamada Vila Vietcong, ou Vietnam. A invasão da vila dos britis se à cidade-Planaltina.

O restante das invasões formadas no final da década de 60 foi totalmente transferido para a Cellândia. O nome da cidade, inclusive, vem da sigla CEI (Campanha de Erradicação de Invasões), engendrada no Governo Hélio Prates da Silveira para solucionar os problemas das invasões, que já se agravavam muito. Isto ocorreu em 1971. A simples transferência dos barracos para as cidades-satélites provou não ser um método eficiente, pois a crise de desemprego, causada pela queda

no ritmo da construção civil continuou jogando milhares de pessoas nas favelas do DF.

Enquanto diminuía o ritmo da construção, aumentava o número de migrantes, que vinham para Brasília chamados por parentes que já haviam recebido lotes do Governo nas cidades-satélites. O raciocínio destas pessoas, estava absolutamente correto. Afinal, eles próprios só ganharam lotes porque estavam ocupando áreas irregulares.

Esta situação foi o embrião da chamada "Indústria da invasão". De 1971 para cá, a situação vem se agravando, a ponto de acontecer uma invasão como a da semana passada em Taguatinga, onde foram construídos 2 mil e 500 barracos em menos de 48 horas. A ex-administradora regional da Cellândia, Maria de Lourdes Abadia, conhece bem o problema: afinal conviveu com ele durante os 14 anos em que permaneceu à frente da administração.

Maria de Lourdes indica as situações mais comuns de irregularidades nas invasões. Além do fato de a invasão, por si só, ser ilegal, é muito comum pessoas construírem barracos em áreas não legalizadas, apesar de já terem seus lotes, ou mesmo casas da Shis. O objetivo é bastante claro. Uma vez legalizados os lotes, eles são vendidos, alugados, ou simplesmente doados a parentes que residem em Estados distantes e não têm onde morar.

A situação chega a ser cômica. Há casais que se separam legalmente e passam a morar numa área invadida. Quando são chamados pelo Governo para tomarem posse dos lotes, vendem um deles e voltam

a morar juntos. Há também interesses comerciais na invasão. Maria de Lourdes disse que só da área do DER, invadida na semana passada, foram retirados 20 caminhões de estacas utilizados na construção de barracos. Alguém evidentemente pagou pela madeira, que não é barata. E certamente não foram os favelados, que mal têm dinheiro para comer.

Normalmente, o arrematador de invasões é uma pessoa de posses, que mantém um "negócio" imobiliário às custas do Governo e da boa fé das populações carentes. Eles tratam de espalhar os boatos de que o Governo vai legalizar determinada área e providenciam todo o necessário para o levantamento dos barracos. Depois é só cobrar pelo "serviço", intermediar "vendas" de barracos e lotes, e fugir, antes que os fiscais do Governo apareçam.

A questão de moradia para as populações de baixa renda no DF é de difícil solução. Quando há invasões, há também a chegada de centenas de pessoas de outros Estados, que convidados por amigos e parentes, esperam conseguir moradia aqui. Com a intensificação do fluxo migratório e queda no nível do emprego, a situação só tende a agravar-se. O governador José Aparecido, prudentemente, não prometeu solução para o problema, nem mesmo fixou prazos para isto. Maria de Lourdes sugere a confecção de um "cadastro imobiliário do DF" para evitar a duplicidade na concessão de lotes e casas. Uma coisa é certa. Esta é uma situação potencialmente explosiva, que precisa da urgente elaboração de uma política que acabe com a "Indústria da Invasão".